



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1009838-42.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Jakson Estevam Ricci**
 Requerido: **Oton Carvalho Negócios Imobiliários e Manutenção Predial Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A ré OTON CARVALHO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E MANUTENÇÃO PREDIAL LTDA é revel.

Citada regularmente, ela não compareceu à audiência designada, de modo que se reputam verdadeiros os fatos suscitados pela autora na inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

As provas amealhadas, de outra parte, em especial os documentos de fls. 34/37, respaldam as alegações do autor no que diz respeito ao pagamento efetuado à ré, por conta do contrato de prestação de serviços com ela firmado.

Em suas alegações de fls. 99 o autor desiste do prosseguimento do processo com relação ao correquerido OTON CARVALHO.

Prospera, portanto, a pretensão deduzida.

Isto posto, **HOMOLOGO** a desistência em relação ao correquerido OTON CARVALHO, **JULGANDO EXTINTO** o feito em relação a ele nos termos do art. 485, inc. VIII, do Código de Processo Civil. Anotando-se o necessário e **JULGO PROCEDENTE** a ação declarar rescindido o contrato firmado entre as parte e para condenar a ré OTON CARVALHO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E MANUTENÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

PREDIAL LTDA a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.888,00, acrescida de correção monetária, a partir de maio de 2016, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 01 de fevereiro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA